

Transferências Estaduais	550.780	559.824
Fundo Constitucional de Educação	3.788.794	3.474.581
Outras Fontes	73.006	45.449
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	2.667.327	2.547.478
Transferências Financeiras Recebidas (II)	9.650.186	8.617.408
Para Execução Orçamentária	4.956.195	4.821.243
Independentes de Execução Orçamentária	1.474	28.660
Para Aportes de Recursos para o RPPS	4.692.517	3.767.505
Recebimentos Extraorçamentários (III)	54.206.715	48.148.895
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.079.310	1.424.960
Inscrição de Restos a Pagar Processados	332.511	248.177
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.010.597	4.857.340
Outros Recebimentos Extraorçamentários	46.784.297	41.618.519
Saldo do Exercício Anterior (IV)	7.655.093	9.568.075
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.457.867	6.306.083
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.169.197	3.232.661
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	28.029	29.330
Total (V) = (I+II+III+IV)	123.280.080	113.861.441

DISPÊNDIOS		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	51.414.029	49.422.519
Ordinária	41.421.365	38.926.806
Tesouro Municipal	37.970.822	35.539.719
Recursos Próprios da Administração Direta	3.401.267	3.349.810
Recursos Próprios da Empresa Dependente	49.276	37.277
Vinculada	9.992.664	10.495.713
Operações de Crédito	56.376	78.216
Transferências Federais	3.034.717	3.072.661
Transferências Estaduais	540.139	478.578
Fundo Constitucional de Educação	3.827.120	3.509.459
Outras Fontes	94.591	47.889
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	2.439.722	3.308.910
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	9.656.345	8.621.173
Para Execução Orçamentária	4.956.209	8.588.750
Independentes de Execução Orçamentária	7.619	32.423
Para Aportes de Recursos para o RPPS	4.692.517	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	52.434.127	48.162.656
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	907.841	1.620.236
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	239.455	283.778
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.497.070	4.591.228
Outros Pagamentos Extraorçamentários	46.789.761	41.667.413
Saldo Para o Exercício Seguinte (IX)	9.775.580	7.655.093
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.944.470	5.457.867
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.785.200	2.169.197
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	45.909	28.029
Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	123.280.080	113.861.441

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 105/106.

6 - GESTÃO PATRIMONIAL
BALANÇO PATRIMONIAL
Balanco Patrimonial - Quadro Principal 2017 (Em R\$ mil)

ATIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	10.607.711	8.331.791
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.944.470	5.457.867
Crédito a Curto Prazo	3.408.646	2.668.780
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	45.909	28.029
Estoques	208.217	133.910
VPD Pagas Antecipadamente	469	43.205
Ativo Não Circulante	94.941.412	91.667.223
Realizável a Longo Prazo	65.089.029	61.803.872
Créditos a Longo Prazo	64.720.794	61.436.715
Investimentos e Aplic. Temporárias a Longo Prazo	8	10
Estoques	368.228	367.146
VPD Pagas Antecipadamente	-	-
Investimentos	8.933.165	8.977.204
Imobilizado	20.879.024	20.834.581
Intangível	40.193	51.566
TOTAL DO ATIVO	105.549.123	99.999.014

PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante	7.452.489	13.014.061
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar CP	1.339.005	1.824.191
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	2.103.572	2.043.188
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	477.764	1.141.578
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	15.376	30.987
Provisões a Curto Prazo	118.238	115.839
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.398.533	7.858.277
Passivo Não Circulante	197.758.534	159.242.585
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar LP	12.593.037	12.364.234
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	27.134.628	28.745.301
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	4.628.827	4.276.691
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	136.707	116.954
Provisões a Longo Prazo	146.761.694	114.709.507
Demais Obrigações a Longo Prazo	6.503.642	(970.103)
TOTAL DO PASSIVO	205.211.024	172.256.646
Passivo a Descoberto	(99.661.901)	(72.257.631)
Patrimônio Social e Capital Social	756.902	756.902
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	736.987	736.987
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Reservas	141.159	141.156
Resultados Acumulados	(101.296.949)	(73.892.677)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.549.123	99.999.014

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 107/108.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964) (Em R\$ mil)					
Ativo (I)	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro	10.247.183	8.098.322	Passivo Financeiro	5.692.776	4.289.470
Ativo Permanente	95.301.940	91.900.692	Passivo Permanente	201.587.477	169.386.556
			Saldo Patrimonial (I - II)	(101.731.129)	(73.677.011)

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 108.

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964) (Em R\$ mil)					
Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.201.879	2.137.364	Garantias e Contragarantias Concedidas	32.517.360	32.939.076
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	9.091.284	570.619
Outros Atos Potenciais Ativos	17.879.615	15.338.235	Outros Atos Potenciais Passivos	600.899	642.773
Total	20.081.495	17.475.599	Total	42.209.543	34.152.468

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 108.

Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964) (Em R\$ mil)					
Fontes de Recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior			
Ordinária	1.673.800	1.299.902			
Vinculada	2.880.607	2.508.950			
Operações de Crédito	46.793	34.016			
Transferências Federais	341.204	291.111			
Transferências Estaduais	185.348	151.305			
Fundo Constitucional de Educação	17.057	55.383			
Outras Fontes	268.293	281.064			
Receita Condicionada	-	-			
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	2.021.912	1.696.071			
Total das Fontes de Recursos	4.554.407	3.808.852			

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 108.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Quadro 6.1 - Evolução de Caixa e Equivalentes de Caixa 2016 x 2017 (valores nominais) (Em R\$ mil)					
Contas	Saldo em	% Vert.			
	31.12.16	31.12.17			
PMSP	4.896.785	6.241.697	89,9	27,5	
Demais Entidades (incluindo Poder Legislativo)	561.082	702.773	10,1	25,3	
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.457.867	6.944.470	100	27,2	

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 110.

De acordo com o RAF, em 2017, houve movimentação de recursos da PMSP em 532 contas bancárias com saldo contábil, sendo 426 contas do Banco do Brasil, 96 contas da Caixa Econômica Federal e 10 contas de outros bancos. A Auditoria reiterou proposta de maior racionalização e utilização dessas contas, em atendimento ao princípio da unidade orçamentária. Dessas contas bancárias, 233 apresentavam divergências em relação aos valores registrados na contabilidade.

Além disso, o confronto dos valores contabilizados nas contas integrantes de "Caixa e Equivalentes de Caixa" com os extratos bancários em 31/12/17, demonstrou divergências no montante de R\$ 25,6 milhões, o que caracteriza infringência à característica qualitativa da informação contábil, prejudicando a transparência e distorcendo o Balanço.

CRÉDITOS A CURTO PRAZO
Segundo o Relatório, a composição dos "Créditos a curto prazo" resumia-se, em 31/12/2017, aos créditos de Transferências a receber, cuja conta apresentava o saldo de R\$ 82,8 milhões, ao final do exercício, referente aos registros dos recursos do Tesouro Municipal utilizados a título de adiantamento para pagamento de Despesas com empreendimentos previstos no âmbito do PAC, a serem ressarcidos pelo Governo Federal ou Estadual.

Tendo em vista o necessário registro por competência dos créditos tributários, a vigora a partir de 01.01.21, a Auditoria defende que seria oportuno que a PMSP otimizasse as providências necessárias para tanto, considerando a complexidade operacional para a implantação dos sistemas, com novas demandas de informações e procedimentos contábeis.

Na conta Débitos de Servidores Municipais, o RAF registra que permanece pendente de regularização o valor de R\$ 206,7 milhões. Ademais, o fluxo de recebimento dessa conta sugere que os registros dos valores devam ser contabilizados no grupo do Ativo Não Circulante. A PMSP deve identificar quais valores registrados caracterizam de fato Ativos Financeiros, pois os que não satisfazem essa condição devem ser reclassificados para o Ativo Permanente.

Além disso, as devoluções de saldos de convênios e contratos de repasse de diversas Secretarias da PMSP para outros entes da Federação (principalmente a União) não foram devidamente registradas em ambiente orçamentário pelas Secretarias responsáveis, tendo sido executadas por meio de ordens extraorçamentárias (OE), o que caracteriza realização de Despesa sem prévio empenho. A contabilização das devoluções como Ativo é indevida, uma vez que não há expectativa real de recebimento dos valores. Adicionalmente, a classificação como Ativo Financeiro afeta incorretamente o cálculo do superavit financeiro.

ESTOQUE
O Relatório ressalta divergências entre valores constantes das planilhas fornecidas pelo Gerenciador Geral do Sistema SUPRI e o Relatório Estatístico Financeiro do Estoque fornecido pelo Setor Contábil, bem como entre a quantidade apontada pelo Sistema e a contagem realizada pela Auditoria, com destaque no almoxarifado de medicamentos. Quanto aos almoxarifados de materiais diversos, houve críticas quanto à limpeza das instalações e identificação dos materiais; inconsistências no registro das movimentações; intempetividade dos registros; não reconhecimento de itens recebidos por doação como Variação Patrimonial Aumentativa e falta do responsável designado para as atribuições. Também foram apontadas algumas impropriedades quanto à forma de registro dos bens de almoxarifado e de mensuração dos lançamentos pelo preço médio ponderado de compras.

DEPÓSITOS JUDICIAIS
O saldo total dos depósitos disponibilizados para a PMSP, em 2017, foi em torno de R\$ 9,3 bilhões, segundo o RAF. Do montante colocado à disposição da PMSP até 31/12/17, 70% foram convertidos em Receita orçamentária e 30% encontram-se no fundo de reserva.

Quadro 6.10 - Evolução dos Saldos Contábeis de Depósitos Judiciais (DJ) 2016 x 2017 (Em R\$ mil)					
Ativo Circulante	2016	2017	Passivo Circulante e Não Circulante	2016	2017
DJ - Caixa e Equiv. de Caixa	311.923	547.348	DJ - Fundo de Reserva	2.169.197	2.785.200
DJ - Fundo de Reserva	2.169.197	2.785.200	DJ - Parcela Repassada	5.061.460	6.498.801
Total	2.481.120	3.332.548	Total	7.230.657	9.284.001

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 122.

No período analisado, houve um incremento do saldo bruto dos depósitos judiciais disponibilizados à PMSP, decorrente da disponibilização de novos depósitos pelas instituições bancárias.

Quadro 6.11 - Movimentação do Saldo dos Depósitos Judiciais (Em R\$ mil)	
Saldo Total dos Depósitos Judiciais Disponibilizados à PMSP até 31.12.16	7.230.657
(+) 100% dos novos depósitos	1.986.505
(+) Atualização dos depósitos	572.835
(-) Resgate decorrente de ganhos em aplicação (excedente – fundo de reserva)	(68.387)
(-) Levantamentos efetuados do fundo de reserva (ganho ou perda de causa)	(393.933)
(-) Baixa da obrigação patrimonial por levantamentos (parcela convertida - Receita)	(306.237)
(+) Recomposição do fundo de reserva para manutenção de 30%	262.688
(=) Saldo Total dos Depósitos Judiciais Disponibilizados à PMSP até 31.12.17	9.284.128
(-) Diferenças detectadas pela auditoria	(127)
(=) Saldo Contábil dos Depósitos Judiciais Disponibilizados à PMSP até 31.12.17	9.284.001

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 122.

Conforme o Relatório, houve significativa variação na evolução mensal dos depósitos nos meses de setembro e outubro (recebimento de R\$ 1,6 bilhão, correspondente a 80,1% de todo o montante ingressado no exercício), em decorrência de estoque de depósitos que se encontrava sob a posse do Banco do Brasil, sem a correta identificação da PMSP. A sistemática utilizada para geração das guias de recolhimento de depósitos judiciais tem dificultado a identificação da existência de recursos que deveriam ser repassados à Prefeitura, elevando o risco de acúmulo de recursos sob a posse do agente financeiro contratado para gestão dos depósitos e, conseqüentemente, diminuindo o fluxo financeiro destinado ao Poder Público.

Além disso, o trâmite bancário efetuado pela PMSP, conjugado à inexistência de fonte de recurso específica para identificar a Receita dos 70% dos depósitos judiciais, prejudica a rastreabilidade da utilização dos valores, inviabilizando a aferição incontestada da sua correta aplicação.

A Auditoria ressalta que a rotina de contabilização dos depósitos judiciais adotada pela Prefeitura possibilita a inversão de saldos em contas de Ativo e Passivo, o que representa violação à regra de integridade do PCASP, e os registros contábeis da Receita arrecadada com depósitos judiciais não possibilitam a devida transparência dos valores recebidos.

De acordo com o RAF, toda a Receita de depósitos judiciais arrecadada pela PMSP (saldo líquido de R\$ 1,2 bilhão, em 2017) foi indevidamente registrada orçamentariamente como Receita Corrente, sendo necessária a alteração para classificação orçamentária "Outras Receitas de Capital".

Em 2017, a Auditoria aponta a realização de estornos da ordem de R\$ 252,3 milhões. Quando ocorre a decisão definitiva da lide que ensejou um depósito judicial, a PMSP estorna indevidamente a Receita arrecadada, seja em caso de êxito pela PMSP ou pela parte contrária, em prejuízo à transparência. Ademais, apesar de a Receita bruta de depósitos judiciais, contabilizada em 2017, ter sido R\$ 1,4 bilhão, R\$ 26,4 milhões não se referem a depósitos efetivamente recebidos no exercício. O registro extemporâneo da Receita orçamentária de depósitos ocasiona a elevação indevida do saldo bruto desta rubrica no período em que ele é efetuado.

DÍVIDA ATIVA
A Dívida Ativa Tributária corresponde a 94% do estoque total de Dívida Ativa do Município, conforme o Relatório.

Quadro 6.13 - Composição da Dívida Ativa - Dez/17 (Em R\$ mil)		
Dívida Ativa a Arrecadar	Dezembro/17	% Vert.
Dívida Ativa Tributária	98.567.754	94,0
Dívida Ativa Não Tributária	11.630.660	11,1
Valores Inscritos em Dívida Ativa	110.198.414	105,1
(-) PPI/PRD em Andamento	(5.342.260)	-5,1
Total Dívida Ativa Bruta a Arrecadar	104.856.154*	100

* A divergência de R\$ 923 mil em relação ao Quadro 6.12 corresponde ao controle manual da Dívida Ativa, que só está registrado na contabilidade.

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 132.

Segundo a Auditoria, a Dívida Ativa Tributária e não Tributária da PMSP deve ser classificada de acordo com a expectativa de recebimento (curto ou longo prazo), em atendimento às normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Ademais, há necessidade de aprimoramento do Sistema da Dívida Ativa (SDA), bem como integração com sistemas auxiliares para corrigir distorções na evidencição da Receita na contabilidade municipal.

Além disso, em dezembro de 2017 havia R\$ 23 bilhões registrados na Dívida Ativa referentes a créditos com significativa incerteza de recebimento, que devem ser "desreconhecidos". Também, não foram concluídos os estudos para atualizar e reavaliar o modelo estatístico utilizado para cálculo do ajuste para perdas da Dívida Ativa, permanecendo contabilmente registrada uma conta redutora em valor que não reflete o efetivo volume incobrável.

A Auditoria aponta ainda que foram constatados vários erros que impedem a tempestiva inscrição de valores da Dívida Ativa. Em 2017, cerca de 7 mil créditos tributários e não tributários disponibilizados pelas origens (no valor total de R\$ 40,9 milhões) encontravam-se pendentes de inscrição em Dívida Ativa pela ocorrência de erros ou falhas cadastrais, impossibilitando a cobrança, pela Procuradoria do Município, elevando o risco da ocorrência de prescrição. De igual forma, estavam pendentes de inscrição, desde 2015, mais de 7 milhões de multas de trânsito, totalizando R\$ 2,1 bilhões, em razão de problemas de integração entre o sistema da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes e o Sistema da Dívida Ativa. Destas, 474 mil multas (R\$ 187,9 milhões), já não mais podiam ser cobradas pela Procuradoria do Município, em razão dos prazos prescricionais.

Ainda nesse tema, mais de 2 mil créditos não tributários, totalizando R\$ 73 milhões, foram inscritos em Dívida Ativa no ano de 2017 de forma manual, elevando a possibilidade de erros e de inobservância aos prazos legais para inscrição. O sistema Portal de Disponibilização de Créditos Não Tributários (PDC), desenvolvido para mitigar o problema, não foi disponibilizado pela PGM às diversas unidades da PMSP no prazo definido pelo art. 3º do DM nº 57.645/17.

O RAF destaca que o retorno efetivo da Dívida Ativa registrada, até dezembro de 2017 (arrecadado), foi de 1,7% de seu estoque total. Ademais, no período de janeiro a outubro de 2017, foram realizadas 70,6 mil negações de inscrição da Dívida Ativa, totalizando o valor de R\$ 3,4 bilhões.

INVESTIMENTOS
O RAF destaca o avanço no cumprimento dos novos procedimentos instituídos pela Portaria STN 548/2015, reconhecendo-se a variação das participações societárias pelo Método da Equivalência Patrimonial – MER. Por outro lado, aponta que o valor no grupo "Demais Investimentos Permanentes" ultrapassou 10% do grupo Investimentos, o que contraria a recomendação contida no MCASP 7ª edição.

IMOBILIZADO
De acordo com o Relatório, a conta Bens Imóveis da PMSP permaneceu sem alteração uma vez que não houve registro das movimentações, tais como compras e alienações de imóveis. Ademais, foram identificadas divergências na contabilização dos bens imóveis, que evidenciam falha de comunicação entre os setores responsáveis, o que demanda uma revisão dos procedimentos por parte das Secretarias Municipais envolvidas.

Além disso, a Secretaria Municipal de Finanças está desenvolvendo o Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis (SBPI), integrado ao Sistema Orçamentário (SOF), para registro de incorporações, baixas, reavaliações dos valores contábeis e depreciações dos bens imóveis de propriedade da Administração Direta, visando o atendimento dos novos procedimentos previstos pela Portaria STN nº 548/15. Porém, existe uma expressiva quantidade de imóveis a ser inserida no acervo digital e há morosidade do cadastramento do acervo e o detalhamento incompleto das informações cadastrais digitalizadas.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR
Conforme o Relatório, ao saldo contabilizado na conta "Fornecedores e contas a pagar a curto prazo", até 31/12/2017, 5,2% era de curto prazo e os 94,8% restantes, de longo prazo, correspondendo integralmente aos precatórios judiciais com fornecedores.

Quadro 6.19 - Evolução dos Saldos Contábeis de Fornecedores 2016 x 2017 (Em R\$ mil)					
Contas	Saldo em	%	?		
	31.12.16	31.12.17	Vert.		
PMSP	5.060.564	4.771.539	93,4	-5,7	
Demais Entidades (incluindo Poder Legislativo)	357.705	335.052	6,6	-6,3	
Total de Fornecedores e Contas a Pagar	5.418.269	5.106.591	100	-5,7	

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 143.

A Auditoria destaca que as empresas municipais representam parcela significativa do valor pago aos fornecedores da PMSP. Até agosto de 2017, cerca de 24% dos pagamentos foram efetuados às empresas da Administração Indireta da PMSP (SPTTrans, CET, Prodam). Foram apuradas divergências entre valores recíprocos, a pagar e a receber, constantes dos Balanços Patrimoniais que devem ser conciliadas pela Administração Indireta e a Secretaria da Fazenda, totalizando R\$ 250,1 milhões.

PRECATORIOS JUDICIAIS
Houve pouca variação no saldo da conta de Precatórios Judiciais da PMSP entre 2016 e 2017, conforme o RAF.

Quadro 6.27 - Evolução dos Saldos Contábeis de Precatórios 2016 x 2017 (Em R\$ mil)					
Contas	Saldo em	% Vert.			
	31.12.16	31.12.17			
PMSP (Regime Especial)	18.132.665	17.478.091	94,9	-3,6	
Demais Entidades (Regime Especial)	115.604	939.998	5,1	336,0	